

ATA DA 81ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEMA - CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, REALIZADA NO DIA 02 DE AGOSTO DE 2011, PRESIDIDA PELO SR. JONEL NAZARENO IURK - SECRETÁRIO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, E SECRETARIADA PELO SR. JOAO BATISTA DE CAMPOS - SECRETÁRIO EXECUTIVO, NO LACTEC - AUDITÓRIO, AV. COMENDADOR FRANCO 1.341, JARDIM BOTÂNICO.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Boa tarde a todos, sejam todos muito bem-vindos. Vamos dar início aos nossos trabalhos nesta tarde. Fazendo a verificação do quórum, temos dezesseis Conselheiros presentes, podemos dar início aos trabalhos.

De imediato abrimos as inscrições para a Tribuna Livre para que ao final da nossa reunião os inscritos possam fazer as suas manifestações. As inscrições podem ser feitas junto ao Secretário Executivo. Passamos para o segundo item da nossa pauta que é a discussão e deliberação sobre o teor da Ata da 19ª Reunião Extraordinária. Os senhores tiveram a oportunidade de receber o texto e colocó, portanto, em discussão a Ata da 19ª Reunião. (Pausa). Não havendo manifestação, colocó em regime de votação. (Pausa). APROVADA.

Passando ao próximo item a Ordem do Dia, temos a resolução que trata da alteração dos Artigos 20 e 24 do Regimento Interno. Vou pedir ao Secretário Executivo que faça a explicação sobre essas alterações e em seguida discutiremos e deliberaremos sobre as alterações.

O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (CEMA):- Como foi decidido na última reunião extraordinária, houve algumas alterações com relação a inserção do Artigo 24, Parágrafo 1º e algumas alterações das Câmaras Temáticas com relação ao nome e algumas atividades.

O tema trazido para que fosse apreciado pelos Conselheiros do plenário foi com relação à questão da suplência dos membros da instituição. Foram alteradas as Câmaras Temáticas, sendo quatro membros natos e quatro membros de outras instituições. A redação que estava sendo discutida era com relação ao Parágrafo 1º, do Artigo 20, que diz: "§ 2º - O suplente deverá integrar a mesma instituição do conselheiro titular ou do seu representante indicado, excetuados os casos previstos nos Incisos II e IV." O que é isso? Os Incisos II e IV são

representantes das entidades ambientalistas que têm as suas representações às vezes com duas instituições e o IV que seriam as representações das Instituições de Ensino Superior. Então, para os membros dos itens II e IV seria diferenciado, e para os membros dos itens I e III que têm aquelas representações, que denomino de plena, titular e suplente, ficariam com a representação, sempre o titular indicando o suplente. E nos casos dos Incisos II e IV essa representação seria realizada por aquele suplente já definido de antemão.

É essa a redação que trazemos para vocês, que foi elaborada com a ajuda do Jurídico.

Também, no Artigo 24, conforme proposição estabelecida, as alterações que é a inserção de alguns incisos na Câmara Temática. A primeira é a Câmara Temática de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental que é a inserção do item 'm' que seria "Outros temas relacionados"; na de Economia e Meio Ambiente também a inserção do texto "Outros temas relacionados"; e na de Qualidade Ambiental seria a inserção do item h – "propor normas e critérios para licenciamento ambiental para habitação" e também do item i - "Outros temas relacionados". E a inserção do Parágrafo Único neste Artigo que seria: "A Câmara Temática de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental elaborará parecer orientando ações de educação ambiental, quando couber, no tema a ser analisado pelas demais câmaras temáticas."

Essas são as alterações propostas. Voltamos a palavra ao Sr. Presidente.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Após a apresentação do Secretário Executivo, colocamos a proposta de alteração em regime de discussão. (Pausa). Não havendo contribuições, colocamos em regime de votação. (Pausa). APROVADAS as propostas de alterações dos Artigos 20 e 24.

O próximo tema da Ordem do Dia é a respeito da definição de lacunas de representação de instituições nas Câmaras Temáticas. Solicito novamente ao Secretário Executivo para apresentar o quadro e fazer os devidos esclarecimentos.

O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (CEMA):- Sr. Presidente e Srs. Conselheiros, o quadro foi quase que completamente tomado, haviam algumas lacunas, emitimos o ofício pela Secretaria Executiva solicitando àquelas instituições que não haviam participado demonstrasse o interesse nessa participação. Então, o quadro da composição das Câmaras Temáticas está completo, faltando apenas algumas instituições indicarem os nomes dos representantes para as Câmaras Temáticas. Lerei, a seguir, a composição dos representantes na Câmara Temática de Biodiversidade, Bioma e Educação

Ambiental. A composição ficou: SEMA, Secretaria de Educação, SEAB e o IAP, como membros natos; nas ONG's ambientalistas: Mater Natura, entidades trabalhadoras FETAEP, as Instituições de Ensino Superior ou Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM, e o CRBio. Para as que faltam indicações, já foi encaminhado ofício e estamos aguardando posicionamento dos indicados para compor a Câmara Temática de Biodiversidade, Bioma e Educação Ambiental.

Para a Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente: ITCG, SEIM, SEAB e SEPL. Aqui cabe uma observação. Foi encaminhado ofício da Mineropar, houve uma discussão e a Cohapar que tinha em preliminar esse assento, tenho ofício considerando, que é importante a gente trazer a vocês. A Cohapar se manifesta da seguinte forma, através do Ofício n.º 3646: “Sr. Secretário Executivo, cumprimentando venho manifestar decisão de abdicar da participação da Cohapar na Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente, indicada que foi na 19ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente, realizada no dia 30 de junho de 2011, em favor da indicação do ITCG para compor a referida Câmara Temática.” Consultamos o interesse do ITCG em participar, o mesmo respondeu, através do Ofício n.º 176/2011, respondendo: “Em atenção ao Ofício n.º 08/2011, onde é solicitado manifestação deste instituto quanto ao interesse em participar na Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, informamos que há interesse e que nossos indicados são Gislene Lessa para representante titular e Camila Curi para representante suplente”.

Então, Sr. Presidente, antes de dar continuidade, isso tem que passar pela deliberação da plenária para efetivarmos a substituição de interesse.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Então, de imediato submetemos ao Conselho a aprovação dessa troca, da abdicção da Cohapar e a indicação do ITCG para ter assento à Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente. Em votação. (pausa). APROVADA a permuta da Cohapar pelo ITCG.

O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (CEMA):- Dando continuidade às entidades representantes na Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente: ING, FAEP, Faculdade Espírita e CRMV. São esses os componentes, faltando apenas a indicação de alguns membros para darmos início ao processo de convocação e organização das Câmaras Temáticas.

Na Câmara Temática de Qualidade Ambiental: IAP, Cohapar, Águas do Paraná e SEMA; ONG's Ideia Ambiental, FIEP como representante do setor patronal, a PUC e a UEM como representantes das Instituições de Ensino

Superior e o CREA-Paraná. Para a Câmara Temática de Assuntos Jurídicos não foi possível completar a Câmara Temática, e está faltando dois representantes de membros natos. Até agora temos manifestado interesse da PGE e Águas Paraná, faltando também as Instituições de Ensino Superior ou Associação dos Municípios, tendo as ONG's Ideia Ambiental, FIEP e OAB. Então, essas ainda são as lacunas que não conseguimos ultrapassar, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Dando prosseguimento à nossa Ordem do Dia, passamos agora ao próximo tema que é a apresentação e discussão das prioridades do trabalho para as Câmaras Temáticas para a gestão 2011/2012. Solicito novamente ao Secretário Executivo que faça os esclarecimentos sobre as prioridades elencadas.

O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (CEMA):- Tivemos proposições de várias instituições que vamos relatar para que vocês tomem ciência e, posteriormente, com a convocação das Câmaras Temáticas, esse assunto será refinado, depurado para que haja o processo de discussão.

Temas para 2011, Prioridade: 1 - a ser trabalhado em 2011 e Prioridade 2 - a ser trabalhado em 2012 ou, caso for possível, no segundo momento no próprio ano corrente.

Então, o tema: Novo Código Florestal; Justificativa: Conhecer a nova proposta do Código Florestal principalmente sua aplicação na área urbana; Proposição: SMMA.

Tema: Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica; Justificativa: Discutir a lei da Mata Atlântica e seus decretos bem como a elaboração dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica; Proposição: SMMA.

Outro tema: CONAMA 369/06 - é aquela que trata dos casos de excepcionalidade de utilidade e interesse social de baixo impacto e possibilita a intervenção e supressão de vegetação de APP's; Justificativa: Discutir a Resolução no âmbito das decisões de Conselho de Meio Ambiente; Proposição: SMMA.

Outro tema: Normatização de manejo da bracatinga; Proposição: SEAB e é prioridade número 1. Justificativa: Está havendo conversão de áreas tradicionais de manejo de bracatinga para plantios de eucalipto. A razão alegada para essa mudança é a proibição do manejo pelo IAP.

Outro tema: Normatização do manejo de erva-mate; Proposição: SEAB; Justificativa: Há uma série de dúvidas relacionadas à exploração de ervais nativos. Em alguns casos, sem orientação, estão se convertendo gradualmente em

áreas puras de erva-mate. Em outros, o aproveitamento está sendo dificultado devido a restrições de manejo de sub-bosque.

Tema: Controle de formigas cortadeiras em áreas de APP; Justificativa: Agricultores da região noroeste reclamam que as APP's são fonte de formigas cortadeiras, prejudicando lavouras e pastagens. Necessitam combater formigas nessas áreas, solicitando orientação para uso de formicidas em áreas de APP. Há necessidade de solução técnica para o problema e de uma normatização sobre o assunto: Proposição: SEAB com prioridade 1.

Outras prioridades elencadas aqui, recebidas da ING, são temas que foram propostos, mas não desenvolvidos anteriormente. Tema: Estratégia Estadual para conservação de ambientes naturais; Justificativa: Existem diversas ações que abordam fragmentadamente o processo de conservação das áreas naturais remanescentes no Estado do Paraná, sendo necessário que se estabeleça uma Estratégia Estadual, abrangente, integradora para discussão com a sociedade. O nível de priorização não está ali, porque não tivemos essa colocação ainda.

Outro item: Faxinais - será um subitem de Estratégias Estadual para conservação de ambientes naturais; Justificativa: É urgente o estabelecimento de um processo de reconhecimento de formas tradicionais de uso da biodiversidade que sejam amistosas com a conservação da natureza. Também é um tema que não foi colocado, não foi desenvolvido e também o nível de prioridade tem que ser definido.

Outro: Adequação das ações/programas para a inserção dos mesmos no SISNAMA; Justificativa: Dar visibilidade as ações/programas de educação ambiental no estado do Paraná; Tema anterior não desenvolvido.

Recebemos também, em mãos, da Secretaria de Educação, através da Conselheira Kátia, uma planilha que foi passada pelos diversos setores da SEED, que chegou neste momento em nossas mãos, e que faço questão de ler para inserção posterior. Tema: Rio+20; Justificativa: Acompanhar e auxiliar nos processos de encaminhamentos que envolvam a participação do Estado do Paraná na Rio+20. Priorização: 1.

Outro tema: Política Estadual de Educação Ambiental; Justificativa: Deve ser acompanhado o trâmite de homologação Política Estadual de Educação Ambiental bem como articular junto ao Conselho Estadual de Educação o texto de regulamentação dos procedimentos da referida lei. Priorização: 1.

Outro tema: Criação do Programa Estadual de Educação Ambiental; Justificativa: Alinhar os diferentes encaminhamentos quanto à educação ambiental realizados pelas instituições que compõem o órgão gestor da Política Estadual de Educação Ambiental.

Seriam essas as prioridades levantadas pela Secretaria de Educação para inserção nas proposições que foram demonstradas anteriormente.

Agora veremos as prioridades para a Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente. Tema: Criação de uma política de Controle e Monitoramento de Espécies Invasoras; Justificativa: As bioinvasões representam a segunda maior causa de extinção de biodiversidade no planeta, causando também muitos impactos econômicos. Apesar da relevância do tema, ele tem sido pouco discutido em termos de políticas públicas, não havendo diretrizes para controle e monitoramento de espécies invasoras. Priorização de nível: 1; Proposição: CRMV.

Tema: Exploração do Aquífero Karst; Justificativa: A exploração do Aquífero Karst tem trazido problemas de riscos ambientais em áreas urbanas dos municípios sobre essa formação (abatimentos afundamentos de terrenos e ruas), conforme processo nº 10.671.492-4. A regulamentação e normatização do processo de exploração devem ser encaminhadas de forma a evitar riscos à população assentada sobre o aquífero: Proposição: SEMA; Priorização: 1.

Tema: Revisão da sistemática do funcionamento do ICMS Ecológico; Justificativa: Dificuldades para o recurso do ICMS Ecológico chegar efetivamente às populações beneficiárias e aos proprietários rurais. Necessidade da revisão da tabua do ICMS ecológico. E necessidade de estimular os municípios para a criação de legislação municipal que garanta o uso do ICMS Ecológico nas questões ambientais; Também era um tema anteriormente existente trazido pela ING. E a priorização tem que ser determinada de acordo com as discussões posteriores.

Tema: Faxinais; Justificativa: É urgente o estabelecimento de um processo de fortalecimento dessas comunidades tradicionais e de procedimentos operacionais que viabilizem a sua proteção e a melhoria da renda dessas comunidades ; Tema anterior não desenvolvido trazido pela ING.

Tema: Pagamentos por Serviços Ambientais - PSA; Justificativa: Está em plena discussão em âmbito federal e estadual o processo de normatização de PSA, cabendo à Câmara Temática estabelecer uma estratégia e proposição de um arcabouço legal para o Estado do Paraná e de efetividade nas práticas inovadoras que estão sendo propostas; Também era um tema anterior não desenvolvido, trazido pela ING e o nível de prioridade a ser definido.

Tema: Sistema de Agrofloresta e outras metodologias; Justificativa: Os agricultores familiares precisam mais do que nunca agregar renda a sua propriedade, o sistema de agrofloresta é entre outros, um sistema que vem

proporcionar isso e sem degradar a natureza; Era um tema anteriormente existente trazido pela ING.

Tema: Fundo Estadual do Meio Ambiente; Justificativa: Acompanhamento dos usos dos recursos financeiros do FEMA; Também um tema anterior não desenvolvido trazido pela ING.

Tema: Efeitos dos Agrotóxicos no Meio Ambiente; Justificativa: O uso indiscriminado dos agrotóxicos vem sendo um problema seriíssimo, atingindo a saúde humana e o meio ambiente. No caso das pequenas propriedades, especialmente naquelas em que se encontram instaladas a atividade da fomicultura, o problema é maior ainda porque há agrotóxicos que não permitem contato humano e os agricultores familiares não podem retirar-se da propriedade para respeitar a carência, por outro lado é sabido que o impacto no meio ambiente, por perdurar muito tempo, há casos de mais de 300 anos, é da mesma forma as pessoas de lá não serão retiradas e o meio ambiente não será recuperado. É preciso normatizar essas atividades, levando em conta essas informações. Então, é uma proposição nova da ING e depois deve ser discutido o nível de priorização.

Na Câmara Temática de Qualidade Ambiental.

Tema: Descentralização de Licenciamento Ambiental; Justificativa: Agilizar o Licenciamento Ambiental para Habitação de Interesse Social; Priorização: 1. Proposição: COHAPAR.

Tema: Licenciamento Ambiental de áreas urbanas com loteamento registrado; Justificativa: Simplificar e agilizar a renovação de Licenciamento Ambiental em loteamento registrado; Priorização: 1. Proposição: COHAPAR.

Tema: Priorizar o saneamento ambiental, na Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu, Bacia litorânea e outras bacias prioritárias; Justificativa: Avaliar a eficácia dos tratamentos de efluentes, emissões e resíduos, bem como de suas convergências, no âmbito das atribuições regimentais previstos no Inciso III do Artigo 24, do Regimento Interno CEMA-PR. E aqui temos uma observação que nesta Câmara temos dois grupos de trabalho, a de qualidade laboratorial e estrutura náutica. Então, isso tem que ser avaliado depois, se isso será revisto, reimplantado, enfim, no âmbito da própria Câmara Temática eleger as prioridades e trabalhar esses temas. É um tema também não anteriormente desenvolvido. E alguns temas como Mudanças Climáticas, Saneamento Ambiental e Resíduos Sólidos temas sugeridos na reunião anterior.

Então, essas foram as proposições que recebemos, teremos a convocação das Câmaras Temáticas e no próprio processo de discussão as Câmaras

Temáticas elegerão as prioridades, até porque podem ser trabalhado dois temas consecutivos nas Câmaras Temáticas.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- A Conselheira Izabella gostaria de se manifestar?

A Sra. Conselheira Izabella Maria Swierczynski (SEPL):- Obrigada. Como a Secretaria de Planejamento, claro, detém uma boa parte dos recursos, então essa coisa dos financiamentos e recursos internacionais, inclusive os recursos do nosso próprio Estado, que a gente pretende que seja discutido na Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente onde a gente tenta criar um sistema para garantir a continuidade das ações que são desenvolvidas no projeto, onde tem recursos tanto públicos do Estado ou da Federação ou recursos obtidos com empréstimos internacionais ou doações, como a gente viu no PR Biodiversidade e os antigos 12 meses próximos que estão por vir.

Então, discutirmos isso, o que parece uma coisa óbvia, mas a gente não consegue fazer com que as instituições envolvidas tenham acessos a esses recursos garantam sim, com as suas atividades em campo, a continuidade das ações, mesmo que acabem os recursos, porque vamos utilizar um recurso que utilizamos naquele tempo para a implantação do projeto. É básico, mas já estou desenvolvendo um texto na Secretaria. Falei com a minha coordenação hoje pela manhã, porque retornei de férias hoje, e acredito que podemos inserir isso depois também para discussão na própria Câmara Temática de Economia e garantir que a população fique satisfeita com o desenvolvimento do trabalho, uma vez que a proposta vem da própria comunidade e garantir os recursos aos resultados alcançados, porque a gente não consegue medir isso. Primeiro você tem o marco zero da implantação do projeto e depois o projeto é abandonado, como o projeto Paraná Biodiversidade que foi uma proposta fantástica e não sabemos se a Emater está tendo como continuar, se a SEMA está continuando, se o próprio Planejamento está continuando.

Então, acredito que isso é importante, porque isso é uma utilização e vamos ter sempre um bom olhar sobre os recursos utilizados já no passado para vermos o que precisa somar no futuro para não sobrepor atividades e gastos duas vezes no mesmo assunto. Obrigada.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Então, fica aberto para discussão para novas proposições às Câmaras Temáticas, além das que foram mostradas no quadro.

O Sr. Conselheiro Paulo Macedo (FETAEP):- Estou aqui representando a FETAEP, o nosso Conselheiro não pode vir, eu no ano passado era Conselheiro, esse ano não. Naquela proposta da erva-mate da bracatinga acho que é o mesmo

problema que está acontecendo com os nossos pinheiros. O pessoal corta o pinheiro, não deixa nascer porque a legislação não permite que se beneficie dele. E a erva-mate, a partir do momento que o agricultor diz que ela é nativa não pode mexer. Então, ele diz que não é nativa e as nativas vão acabando, porque não se permite. E no caso da bracatinga é a mesma coisa, a bracatinga tem um ciclo de vida, dura oito anos e depois não pode mexer porque ela é nativa e não pode pôr fogo porque a bracatinga nasce com o fogo, é hábito colher e depois pôr fogo, brota de novo aí não se permite.

Então, gostaria que nesse tema fosse um tema só, juntando essas três: o pinheiro, a bracatinga e a erva-mate, se bem que sabemos que os três convivem juntos. Obrigado.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Está anotada a sugestão e na primeira reunião da Câmara Temática o tema será analisado e apreciada a sugestão de uma junção da questão da bracatinga, erva-mate e da araucária.

O Sr. Conselheiro Mário Sobrinho Lessa (SEIM):- Em primeiro lugar fazer minhas as palavras da Izabella, porque também entrei de férias e não consegui mandar os temas. De qualquer maneira os temas são muito restritos na discussão da Câmara Técnica, sendo que um deles inclusive foi sugerido aqui quanto à exploração de águas subterrâneas do Karst. Além disso, temos um estudo, através da Mineropar, não só do controle da exploração mas também da autorização de construções em cima de áreas suscetíveis ao solapamento. Esse é um assunto que pode ficar junto, achei bem interessante.

E a outra é sobre atração de investimento que é um problema bastante complicado e importante para o Estado do Paraná. Existe, sim, uma ação da Mineropar, do IAP junto com as Secretarias responsáveis, SEIM, SEPL, Casa Civil, no sentido de qualquer área que possa ser permitida a instalação de qualquer tipo de investimentos tenha antes a análise completa por esses órgãos, principalmente pelo IAP e pela Mineropar, para evitar problemas já acontecidos de autorização em áreas fisicamente frágeis. Então, esse trabalho já existe e nas Câmaras Técnicas podemos aprofundá-lo. Era isso. Obrigado.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Com a palavra Carla Becker.

A Sra. Conselheira Carla Becker (FAEP):- Gostaria de retomar um assunto, foi bastante discutido aqui no Conselho ano passado onde a FAEP e a Emater se envolveram bastante, que é sobre a questão do recolhimento do BHC. Os produtores estão no aguardo de quando será o recolhimento, uma vez que eles se autocadastraram pela lei do Cheida que os liberou do autocadastramento,

tivemos todo o número de pessoas que têm uma agenda, e ano passado trabalhamos bastante com isso. Então, os produtores agora estão no aguardo para saber quando será recolhido o BHC das suas propriedades que já foi autodeclarado. Esse é um assunto que poderia voltar à pauta até para que possamos dar uma resposta para o produtor rural.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- A proposição não é relativa às Câmaras Temáticas, essa é uma questão de informe, então discutiremos o tema no final da reunião. Conselheira Vânia.

A Sra. Conselheira Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Eu só gostaria de fazer um reparo. Eu resgatei os temas que foram discutidos amplamente pelo Conselho e recoloquei na pauta. Não é uma coisa que somente o ING está trazendo como sugestão como apareceu ali. Na verdade eram temas que já tinham sido discutidos no Conselho, já tinham sido inclusive elencados enquanto prioridades, e o único tema novo que eu trouxe é a questão dos agrotóxicos, principalmente relacionado com a questão da cultura do tabaco. Então, só para fazer justiça ao trabalho que foi feito durante dois anos por todos nós, porque senão vai ficar parecendo que só o ING que fez. Era só isso.

O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (CEMA):- Perfeito. Talvez eu tenha me expressado mal, realmente já tinham os temas e é importante que traga isso de volta sim, mas realmente foi um trabalho coletivo. Peça desculpas se me posicionei mal.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Conselheiro Clausi.

O Sr. Conselheiro Giácomo Clausi (GARI):- Acreditava que o tema para a Câmara Temática dos Corredores de Biodiversidade já tivesse como prioridade antes, mas vi que não apareceu. Então, seguindo um indicativo, uma referência da Conferência da Diversidade Biológica, que seria um mapeamento e o monitoramento dos corredores de biodiversidade em todas as bacias hidrográficas do Estado, utilizando as APP's – Área de Preservação Permanente, integrando com ações de senso ambiental para saber qual biodiversidade está presente na área e as ações da Agenda 21.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Está registrada a sugestão. Conselheiro Otamir.

O Sr. Conselheiro Otamir César Martins (SEAB):- Nesse tema que a Vânia está propondo dos agrotóxicos, gostaríamos que na Câmara Temática fosse ampliada, porque temos a questão de aplicação de agrotóxico nas áreas de lavouras por via aérea e que estão afetando a questão de fruticultura no norte do

Paraná, principalmente na região de Marialva, onde temos uma reclamação razoável sobre a questão. Então, a Câmara talvez pudesse ampliar, já que ela colocou só a questão do fumo, mas pensasse nesse outro aspecto. Obrigado.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Anotada a sugestão. Mais algum Conselheiro? Não. Então, dando prosseguimento, encerramos a Ordem do Dia e passamos a outros assuntos, Assuntos Gerais. Peço ao Secretário que faça a leitura do Ofício ING 014/2011.

O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (CEMA):- “Ofício ING 14/2011, referente a Resolução Conjunta Secretaria de Saúde e Secretaria da Agricultura, Resolução Conjunta n.º 002/2011. Em nossa conversa pessoal levantamos a importância do tema diversificação da cultura do tabaco e efeitos do uso dos agrotóxicos nos Faxinais. Ao tomar conhecimento da Resolução Conjunta SESA/SEAB n.º 002/2011, manifesto interesse em participar como representante do Conselho Estadual do Meio Ambiente no grupo de trabalho instituído em conjunto pela SESA/SEAB, para fim de elaborar o plano estratégico para reconversão de diversificação da produção da agropecuária em propriedades que cultivam tabaco. Por ser um dos temas que afetam profundamente o meio ambiente na área rural e também em razão que esses serão assuntos que apontaremos como temas prioritários para serem acompanhados pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente no biênio 2011/2012, é que manifestamos o nosso interesse e solicitamos a sua indicação e esclarecemos desde já que nos comprometemos em posicionar o Conselho em todas as atividades realizadas. Sem mais para o momento, agradecemos a atenção dispensada, Tânia Mara Moreira dos Santos - Presidente.”

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Srs. Conselheiros, uma reivindicação da Conselheira Vânia para ser a representante do CEMA junto à representatividade da SESA/SEAB, que foi definida por uma Resolução Conjunta, que trata do plano estratégico para reconversão de diversificação da agropecuária em propriedades que cultivam tabaco. Coloco em discussão. (Pausa). Não havendo discussão, coloco em votação no sentido de referendar a indicação da Conselheira Vânia junto aquele grupo de trabalho. (Pausa). APROVADA a indicação da Conselheira Vânia representante do CEMA junto ao convênio SESA/SEAB.

No próximo item, solicito a colaboração do Bruni, que é da Coordenação de Resíduos e Saneamento Básico da Secretaria de Meio Ambiente, para que faça uma apresentação rápida sobre um convênio que o Ministério de Meio Ambiente firmou com o Governo do Paraná por meio da Secretaria Estadual de Meio

Ambiente para o estudo de regionalização da gestão integrada de resíduos sólidos do Paraná e a elaboração do plano regional que trata do mesmo tema.

Enquanto o Bruni instala os seus arquivos, peço ao Secretário Executivo que faça a leitura de um ofício encaminhado pela Agenda 21, da Secretaria de Meio Ambiente.

O Sr. Secretário Executivo João Batista Campos (CEMA):- Ofício 001/2011, da Coordenação da Agenda 21. “Sr. Secretário, vimos por meio deste convidar o Conselho Estadual do Meio Ambiente para integrar o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, criada pelo Decreto 2547/2004. Ficamos no aguardo da indicação de representante deste conceituado Conselho Estadual do Meio Ambiente. Respeitosamente: Rosana - coordenadora da Agenda 21/Paraná.”

Esse foi um encaminhamento, até houve a interveniência da Conselheira Kátia para que fosse oficializada uma participação do Conselho dentro da Agenda 21 e ela se colocou à disposição, se for o caso e assim entenderem, participar como representante do Conselho.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Inicialmente submeto à plenária o convite da Agenda 21 do Estado do Paraná que convida o Conselho Estadual do Meio Ambiente a integrar o Fórum Permanente da Agenda 21/Paraná. Coloco em regime de discussão o convite. (Pausa). Não havendo discussão, coloco em regime de votação do aceite do convite. (Pausa). Não havendo discordância fica declarado aceite o convite. E de imediato temos um primeiro nome a candidato a representante que seria a Conselheira Kátia da Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Coloco em regime de votação a aprovação da indicação da Conselheira Kátia. (Pausa). Não havendo discordância fica APROVADA a indicação da Conselheira Kátia, representante do CEMA junto ao Fórum Permanente da Agenda 21.

A respeito desse tema, a rigor há uma cláusula no convênio firmado com o Ministério de Meio Ambiente e a SEMA onde uma das cláusulas diz: “Notificar sobre a celebração do presente convênio ao Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente no prazo de 15 dias, contado o prazo de publicação desse instrumento”.

Na verdade é um cumprimento regimental. Esse convênio foi assinado em 2009 e ao que me consta não teria sido submetido ao Conselho. Então, para que os Conselheiros possam entender do que se trata, o Bruni vai fazer uma apresentação muito rápida de alguns slides dando notícia do que se trata esse convênio.

O Sr. Vinicio Bruni:- Boa tarde, senhores. Acredito que o tema de resíduos sólidos tem sido motivo de muitas discussões e os senhores devem ter acompanhado bastante, principalmente em função da nova Política Nacional de Resíduos Sólidos que foi aprovada recentemente.

Para contextualizar um pouco o convênio, principalmente junto com as ações da Secretaria, é importante ressaltar essas diretrizes do Governo Federal que estão lançando as políticas nacionais seguido dos planos nacionais, programas e projetos. Diante disso, da mesma forma, o Governo do Estado pretende lançar, rever a lei que estabelece as condições do tratamento, coleta e resíduos que a lei é de 1999, algumas diretrizes estabelecidas já pelo Estado, alguns anos atrás, em 2003, para lançar essa Política Estadual dos Resíduos.

Como a Política Nacional é de 2010 e esse convênio foi assinado em 2009 e agora em abril, aproximadamente, conseguimos eliminar pendências que havia, principalmente em certidões negativas, é que ele foi liberado e resgatado para ser executado. Diante disso, pretendemos ter um quadro, esse convênio pretende, pode, permite ter um diagnóstico da situação dos municípios por um possível arranjo territorial para facilitar algumas ações com relação ao serviço, principalmente a destinação ou tratamento, já que alguns municípios não têm a quantidade suficiente para que isso ocorra. Então, a viabilidade econômica ou viabilidade técnica será feita em função dessas análises, desses arranjos.

Voltando aqui, temos a Política Federal que é de 2010, o Decreto Federal n.º 7.404 que regulamenta a Política Nacional, ele é de dezembro de 2010, então são leis e decretos recentes. Depois vamos ver que o nosso plano, o nosso convênio é de setembro de 2009 e foi assinado em dezembro de 2009, a lei estadual que comentei. Então, como ações da SEMA, pretendemos, utilizando essa ferramenta que é o convênio, que nos permite avaliar algumas informações do Estado, construir um projeto de lei que possa realmente estabelecer a política estadual. Essa política será discutida com a sociedade para posteriormente termos a nossa lei.

Alguns pontos que estabelecem a Política Nacional de Resíduos nos ajudam a verificar essa responsabilidade compartilhada, onde o principal aspecto é a logística reversa, é o retorno do material pós-consumo para o seu gerador. Então, procuramos estabelecer nesse único slide todos os elementos, todos os atores que podem contribuir e que são responsáveis por esse retorno, inclusive com a inclusão social quando falamos em cooperativa, instrumentos econômicos e com a educação, que praticamente transpassam todos os elementos.

Com esse convênio da regionalização da gestão integrada dos resíduos, pretendemos encontrar arranjos territoriais com os municípios que permitam

disposição final compartilhada, coletas seletivas mais organizadas ou com uma logística mais adequada, a logística reversa que seria o retorno do material de alguma forma para o tratamento ou para a disposição final, também sempre pensando na viabilidade econômica, financeira, técnica - hoje um termo bastante utilizado que é a economia criativa que é a cultura da região ou vocação da região e as indústrias recicladoras onde teríamos a geração de emprego e renda. A geração de emprego e renda pode estar na ampliação de alguma indústria já instalada ou na implantação dessa indústria no local. Os instrumentos econômicos também serão estudados em função dessa viabilidade.

E aqui é propriamente dita a apresentação do convênio. Ele tem o número 12/2009, tem esse título: regionalizar a gestão integrada dos resíduos sólidos do Estado do Paraná, elaborar o plano de gestão integrada. É importante perceber que o Governo, quando assinou esse convênio, não tinha a lei da Política Nacional lançada. Portanto, o plano estadual será executado posteriormente. Já existe um aceno do Ministério do Meio Ambiente com mais recursos para que se possa estabelecer o plano estadual. Então, obteremos neste estudo algumas oficinas que vão nos trazer dados preliminares ou dados primários. Posteriormente vamos fazer uma definição de critérios, construir ali cenários e todas essas metodologias serão desse trabalho que serão complementadas depois num segundo trabalho para efetivar o plano estadual.

Então, os principais aspectos desse plano é o estudo para a regionalização, a elaboração do plano para gestão integrada e posteriormente essa parte de diagnóstico e cenário, principalmente. Também dá para destacar os aspectos de informações. Tem um item específico que é a criação do sistema de informações, que já estamos pensando em lançar questionários e ter um sistema vinculado ao Governo Federal, que é o sistema nacional de informações sobre saneamento para não criar duplicidade. Para não me estender, encerro agora e se alguém tiver interesse em mais detalhes, coloco-me à disposição para esclarecer.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Damos por cumprida o que está previsto, haja vista que a cláusula diz que a apresentação aqui para o Presidente do Conselho notificando a execução deste convênio. Então, a Secretaria de Meio Ambiente está dando seguimento e com parceria com o Ministério do Meio Ambiente, executando a regionalização da gestão integrada dos resíduos por meio desse convênio. Conselheiro Adriano, por gentileza.

O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Minha pergunta é se essa notificação ao Conselho significa que haverá um trabalho de adequação da

Lei de 99, Lei da Política Estadual para as novas diretrizes ou ampliação ou redução do que foi indicado pela Lei Federal. Obrigado.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Na realidade o convênio traz em uma de suas cláusulas especificamente notificar sobre a celebração desse presente convênio ao Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente no prazo de 15 dias, contado da data de publicação desse instrumento. Quando chegamos na Secretaria este ano o convênio foi descoberto numa gaveta, paralisado e sem execução. Ele já tinha sido celebrado em 2009 e estava praticamente perdido, digamos assim. E numa das reuniões que participamos em Brasília, já sobre a Política Nacional de Resíduos, mediante a nova lei do ano passado, o Ministério de Meio Ambiente nos indagou se havia interesse de retomar esse convênio. Fizemos um estudo e achamos que era possível compatibilizar o objeto do convênio com a nova legislação. Aliás, é muito pertinente, vem ao encontro de um processo lógico de estruturação da cadeia geradora de resíduos no âmbito do Estado do Paraná e entendemos que viria somar à nova legislação. Não é questão de solução de conflitos ou coisa semelhante, é simplesmente o cumprimento da cláusula que o convênio traz no seu escopo, que era notificar sobre a celebração deste presente convênio ao Conselho. É nesta direção.

Encerrada esta fase, passamos agora aos informes. Temos dois temas que foram levantados, o primeiro tema é do BHC e tenho uma breve interseção, e solicito também ao Conselheiro Márcio, representante do Instituto das Águas, que pudesse complementar a informação.

No final do ano passado foi celebrado um contrato com uma empresa para fazer o recolhimento e a destinação de parte desses volumes de BHC que estão já pré-armazenados para fazer o seu processamento de destinação final. O Instituto das Águas fez uma licitação, fez uma contratação, mas infelizmente foi cometido um equívoco bastante grave na licitação em que a fonte apontada de recursos não era possível utilizar para esse fim. E aí fomos obrigados a cancelar a licitação, porque a fonte prevista era de recurso de medidas compensatórias de licenciamento ambiental e, portanto, não poderia ser utilizado. A partir de então estamos buscando outra fonte de recurso, inclusive buscando parceria com as cooperativas para podermos dar conta desta missão que é muito mais no volume, mas também temos notícias de uma grande quantidade, provavelmente a partir da retomada que será disponibilizada para darmos a destinação final.

Peço ao Márcio que pudesse fazer mais algum esclarecimento.

O Sr. Conselheiro Márcio Fernando Nunes (Águas do Paraná):- O BHC é uma coisa que realmente temos que resolver. Temos conversado com o

Secretário Jonel, quando chegamos no Instituto das Águas do Paraná e, a pedido do Governador Beto Richa, fizemos um levantamento de todos os convênios que tinham sido celebrados. E no primeiro momento o que me chamou a atenção foi o valor do convênio de quatro milhões de reais, sendo dois milhões da INPEV e dois milhões e cem aproximadamente do Governo do Estado do Paraná. Mandamos abrir as planilhas da empresa ganhadora da licitação e para a nossa surpresa estava tudo correto, o custo está abaixo do preço de captação dos outros estados. Aí, não satisfeito, corremos atrás de ver o preço da incineração que também achei um absurdo. Infelizmente existe um monopólio de incineração em nível de Brasil, são três ou quatro cidades que fazem a incineração desses produtos no Brasil. Então, custo elevadíssimo desses dois milhões e cem. Aí pesquisamos e infelizmente o preço é esse e aí, não satisfeito ainda, fomos atrás das cimenteiras para ver se conseguiríamos queimar nos fornos das cimenteiras. Recebemos inclusive até um ok, só que só pode queimar 15kg por dia de BHC. Como temos seiscentas toneladas na primeira retirada, teríamos 115 anos de prazo para queimar o BHC em nossos fornos. As cimenteiras quiseram nos ajudar, mas não deram conta.

Então, estamos tentando ver, existe um estudo de onde está o BHC, e como temos o valor de dois milhões e cem que a INPEV está investindo não podemos perdê-lo. Então, estamos tentando achar uma fórmula para ver se a sociedade nos ajuda de alguma forma para aliviar um pouco o custo do Estado para que o Estado possa fazer esse recolhimento. E a nossa ideia inicial era contar com a ajuda das cooperativas. Então, vamos fazer a separação, conversei com o Meneghetti, a ideia é que a Ocepar e a FAEP participem conosco. E tanto um como outro socializar essa situação, para nós fica muito difícil, porque foi o Estado na época que misturou, que vendeu e tal.

O João Paulo inclusive sugeriu que procurássemos as cooperativas individualmente. Fizemos um levantamento nas cooperativas para ver quantos por cento desse BHC se encontra na região de cada cooperativa. Para a nossa infelicidade, Jonel, até comentei com você por telefone na sexta-feira, mas não é segredo, nesse levantamento achei cooperativas grandes como a Copavel, Coamo, Cocamar, Cevali, teriam volumes altos de BHC nas suas regiões e poderiam nos ajudar financeiramente, mas para a nossa infelicidade a grande força do BHC está na região norte do Paraná e aí está na região da Corol, justamente a cooperativa que quebrou e que a Cocamar teve que assumir. Então, dificilmente a Corol conseguirá, mas mesmo assim tentaremos um esforço grande para não perder. Quer dizer, o trabalho do BHC foi feito uma lei, são mais de dois mil produtores que estão envolvidos, as pessoas estão esperando isso

acontecer, tem o programa da fonte de recurso que o Jonel lembrou bem que na verdade eu até passei batido. Até falei para o Jonel: “Fiquei preocupado demais com o valor da licitação, com o preço”. Quando fomos ver a fonte estava mesmo equivocado, não poderíamos usar aquela fonte. Então, evita a possibilidade de repente do Tesouro do Estado entrar com uma parte, existe a possibilidade das cooperativas entrar com uma parte, agora, com certeza absoluta, não podemos perder os dois milhões e cem da INPEV, porque isso seria um contrassenso. Então, temos que correr atrás, temos que discutir esse assunto e temos que finalizar. Quer falar, Callado?

O Sr. Conselheiro Jorge Augusto Callado (CRBio):- Uma das situações que também causam empecilho nesse processo é que a maioria do material não está rotulado. Tendo o rótulo temos a origem, conseqüentemente o gerador responsável pela destinação final. Como é um material de há tempo que está acondicionado até em locais, digamos, nada indicados como em propriedades rurais próximos a criadouros e assim por diante, então esse fator causou bastante problema na identificação desse material. Claro, reconheço bem essa dificuldade, até porque as normatizações estão, a cada dia que passa, mais específicas. Quando iniciaram os trabalhos sobre essa situação foi pedido que fosse acondicionado naquelas bombonas de 30kg, agora só 15kg, porque os incineradores acabam por absolver esse volume máximo.

Então, realmente compreendemos essa situação, mas o que importa é que a INPEV fez essa participação como iniciativa privada. Até antigamente havia um questionamento se ele ia participar e nós acreditamos que sim, concordamos que sim, porque o Estado também foi gerador, então tem essa corresponsabilidade. Tínhamos setores dentro do próprio Estado à época que colocavam o Estado como isento nesta conta e foi feito um trabalho para que o Estado assumisse, embora a conta tenha sido equivocada, mas não temos dúvida alguma que as soluções serão conseguidas. Boa sorte para essa finalização.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Inclusive, Jorge, estamos tomando bastante cuidado, da mesma forma em que o Estado tem a sua responsabilidade objetiva, fomentou, distribuiu, enfim, mas também queremos o envolvimento de outros setores que estão diretamente ligados, para ter efeito educativo como prevê a lei. Por isso, numa conversa com o Márcio, porque o Instituto das Águas é a entidade responsável pelo trabalho, acordamos em ir ao encontro e exaurirmos inicialmente essas tratativas, principalmente para o setor produtivo, para que eles também compareçam com contribuição e que possamos, numa parceria, resolver o

problema. Esse é um assunto prioritário na Secretaria e será resolvido em breve. Então, fica a informação.

O segundo informe é informar aos Conselheiros que o Programa Bioclima foi submetido a apreciação do Sr. Governador e também nas Secretarias de Planejamento e da Fazenda, enfim, e ele está preliminarmente aprovado e estamos agora formatando a redação final para que possa efetivamente apresentar à sociedade e a este Conselho já no mês de setembro.

Declaramos encerradas as questões dos informes e abrimos o espaço da Tribuna Livre, havendo três inscrições. Conselheiro Carlos Belz, por gentileza.

O Sr. Conselheiro Carlos Eduardo Belz (CRMV):- Só para justificar a inclusão do tema “espécies invasoras” dentro da Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente. Acredito e acreditei, desde quando aceitei a proposta de entrar para o Conselho Estadual do Meio Ambiente, que esse é um tema prioritário hoje no Brasil como um todo. É um tema bem antigo, só que há pouco tempo tem sido dada a ênfase devida a esse tema. O Ministério do Meio Ambiente fez o primeiro evento no Brasil em 2005, juntando vários pesquisadores e entidades que estavam trabalhando com esse tema. Em 2006 o Conabio – Conselho Nacional de Biodiversidade, criou uma Câmara Temática Permanente para discutir as questões das espécies invasoras no Brasil.

Infelizmente esse tema, até o momento, tem ficado restrito a um levantamento de uma lista das espécies introduzidas hoje no Brasil e não avançou muito além disso. O IAP aqui no Paraná fez um trabalho bem bom, eu participei bastante junto com o IAP, onde foram desenvolvidos planos de controle e manejo de espécie invasora, foi desenvolvida uma lista também das espécies introduzidas hoje no Paraná. É um trabalho muito bom, mas que também ficou nesse patamar de levantamento. Então, acredito que nós aqui do Conselho temos a possibilidade de discutir coisas mais além. Dou como exemplo uma espécie que tenho trabalhado há mais de dez anos que é o mexilhão dourado. É um molusco asiático que veio introduzido da Ásia, entrou pela Argentina e está se espalhando hoje pelo Brasil inteiro, temos aqui no Paraná em vários rios e é uma espécie que se fixa em qualquer substrato que esteja na água. Um dos setores mais afetados é o setor elétrico. As usinas hidrelétricas no Brasil inteiro têm sofrido muito e têm tido impactos econômicos significativos com relação a essa espécie. E eles têm, na medida do possível, tentado controlar esse bicho dentro das usinas hidrelétricas, só que sem nenhuma regulamentação. As usinas hidrelétricas hoje no Brasil estão usando cloro, caminhões de cloro na água para controlar o mexilhão dourado, estão usando soda cáustica, estão usando moluscocidas, estão usando sulfato de cobre, tintas, sem nenhuma regulamentação, sem nenhuma

fiscalização. Isso para citar o exemplo de uma espécie, mas temos problemas sérios hoje no Brasil como o caramujo gigante africano, com várias espécies que têm causado impactos econômicos significativos e impactos muito grandes com relação a biodiversidade no Brasil como um todo.

Eu até me disponho, talvez eu possa apresentar um pouco disso numa próxima reunião, trazer algumas espécies que têm realmente causado problemas sérios hoje no Brasil e o que tem sido feito em termo de controle e até como sugestão de alguma forma de atuação nossa aqui no Conselho.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Então, já fica manifestado o convite para que numa próxima reunião do Conselho, exatamente nos informes, você pudesse fazer a gentileza em fazer essa apresentação que certamente irá nos enriquecer e nos esclarecer em muitos aspectos.

Na sequência, Conselheira Vânia.

A Sra. Conselheira Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Em primeiro lugar queria agradecer a confiança em representar o Conselho junto à SESA/SEAB, acho que é um trabalho que será muito importante para a questão dos Faxinais e da Fumicultura aqui no Paraná.

Um informe é com relação a um trabalho que o ING está fazendo em parceria com a SPV, Mater Natura, TNC, são sete instituições que aprovaram no PDA e no Ministério de Meio Ambiente um projeto que se chama Corredor das Araucárias, onde vamos identificar corredores de biodiversidade e o ING e o IAF, que são duas entidades de Prudentópolis, vão construir algumas unidades modelos em que o agricultor possa trabalhar com o meio ambiente e ao mesmo tempo ter atividades que gerem renda na sua propriedade. Ontem e hoje tenho uma oficina que está em andamento, para que se definam áreas prioritárias onde irão colocar esses modelos de trabalho e isso vai coincidir depois posteriormente com o projeto que o Governo do Estado está fazendo que também é nesta linha da questão de corredores de biodiversidades.

E queria também fazer um pedido ao Secretário que nesta reunião que eu estive ontem, e hoje estou cabulando reunião para estar aqui, tive um contato com o Tenente Leandro que é da Polícia Florestal. Quem já estava no Conselho sabe perfeitamente que Prudentópolis tem vários problemas com relação ao desmatamento e continua sendo o calcanhar de aquiles da regional de Guarapuava. Quer dizer, é o calcanhar de aquiles por causa do desmatamento e é o calcanhar de aquiles por causa do índice de suicídio entre os agricultores em função do agrotóxico. E a escolha do Tenente Leandro me parece que foi muito acertada, é uma pessoa que quer realmente colocar a casa em ordem, que quer

fazer as coisas, mas eles estão com bastantes dificuldades com relação a veículos, com relação a maneira de operacionalizar, porque é um veículo para não sei quantos municípios. Então, talvez, pensando até no recurso do FEMA, designar um veículo para que possa atender Prudentópolis, porque ele mesmo me disse que a demanda que tem por causa de desmatamento lá é muito grande e muitas vezes ele não tem como atender porque é um veículo para todos os problemas que ele tem.

Então, se o Secretário puder olhar isso com carinho, eu acho que agora estamos num momento bom em Prudentópolis, temos um juiz novo, um promotor novo, com muita vontade de trabalhar. O juiz disse que não quer que o município ande, ele quer que voe e eles têm realmente a intenção de colocar muitas coisas em ordem. Então, acho que a questão ambiental, eu já marquei uma audiência com eles para colocar na pauta os problemas dos crimes ambientais da cidade. Então, acho que poderíamos fazer um esforço junto já com esse recurso do FEMA, o próprio esforço que o IAP tem feito com relação aos faxinais para a gente realmente trazer uma resposta concreta para a população. Então, gostaria que o senhor olhasse isso com carinho para que a gente pudesse fazer alguma coisa e diferenciar isso.

Repassei para os Conselheiros, quem não recebeu reclame, um calendário do ING, está pela metade do ano mas ainda dá para usar, tem uma cartilha que foi feita num projeto com a Fundação O Boticário e o PDA, onde os faxinalenses contam a sua história, as suas dificuldades, entreguei para o Secretário, mas temos para todos, um vídeo onde temos o roteiro dos faxinais, estão todos convidados a fazer o nosso roteiro e vão conhecer as comunidades e o segundo vídeo fala da história dos faxinais, os faxinalenses contando como era antigamente, como eles viviam, como eles vivem hoje e suas perspectivas. Esse aqui é um produto desse projeto que executamos com o PDA, que é o roteiro de Ecoturismo, e que serve para que vocês conheçam um pouco.

Para encerrar, dia 12 temos a Festa do Feijão, tem uma panela muito grande lá e se vocês quiserem comer feijão lá, feijoada, então estão todos convidados para ir conhecer a Festa Nacional do Feijão em Prudentópolis.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Na sequência, passamos a palavra ao Conselheiro Adriano.

Só queria dizer à Conselheira Vânia, o convênio entre a Polícia Ambiental e o IAP tinha se encerrado e houve um hiato de tempo e agora ele já está renovado. Então, haverá um aparelhamento melhor da Polícia Ambiental que facilitará e certamente esta região de Prudentópolis merece uma atenção especial, até porque a gente conhece muito bem o que acontece lá. Mas tenho sido

informado sistematicamente das operações e tenho certeza absoluta que o que está acontecendo lá, mais do que tudo, serve de exemplo e é um fator de inibição em função das ocorrências, das autuações, das multas que ocorreram nos últimos dias e que certamente dará outro entendimento para aqueles que querem fazer o que não deve ser feito do ponto de vista ambiental naquela região.

Com a palavra, Conselheiro Adriano.

O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Duas coisas. A primeira dela é uma nota que do dia 10 ao dia 12 de agosto acontecerá em Ponta Grossa o XIII Encontro Paranaense de Educação Ambiental, na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O outro assunto é a questão da Rio Mais 20. Eu particularmente não tenho visto nenhuma movimentação oficial dentro do Paraná, posição do Governo do Estado em face dessa convenção que acontecerá ano que vem, em 2012, no Rio de Janeiro, que é exatamente vinte anos depois da Eco 92.

Essa Conferência das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável acontecerá no dia 04 de junho até 06 de junho. Então, minha pergunta ou minha provocação seria essa, de como o Governo do Estado está se posicionando, quem está capitaneando essa articulação dentro do próprio Estado, com as várias Secretarias, usuários e municípios, etc., ou se pretende lançar alguma proposta? Então, lanço essa provocação de pelo menos o Conselho aqui puder dar um norte, embora a nossa Conselheira Kátia já tenha colocado como prioridade dentro da discussão da Câmara Temática de Biodiversidade, mas em termos de Estado envolvendo as várias Secretarias, quem vai capitanear esse processo ou não?

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Jonel Nazareno Iurk):- Até o presente momento, aconteceram duas ou três reuniões da Agenda 21 sobre o tema. O tema já foi tratado preliminarmente, ainda que está anunciada a reunião Rio Mais 20, mas o próprio Governo Federal ainda tem muitas dúvidas e também não tem um calendário, uma pauta definida. Agora nos últimos dias, se não me engano, que as coisas começaram a tomar o rumo certo.

Do ponto de vista da Secretaria aconteceram essas duas ou três reuniões no âmbito da Agenda 21, coordenada pela Rosana, houve contatos com Brasília e nos próximos dias estaremos definindo uma agenda para o ano que vem. E uma ação paralela é o Programa Bioclima que tem uma série de elementos que serão apresentados inclusive durante a Rio Mais 20.

Algum Conselheiro deseja se manifestar? Então, não havendo mais manifestações, agradeço a presença de todos, desejo uma boa tarde e até a próxima reunião, se Deus quiser.